

A BNCC E A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS SURDAS: QUAIS OS CAMINHOS POSSÍVEIS?¹

Kamila Figueiredo Pereira

Graduanda, Pedagogia Bilíngue, Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC

kamilafigueiredop@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar as orientações da Base Nacional Comum Curricular acerca do processo de alfabetização e suas implicações na educação das crianças surdas, além de apresentar as especificidades linguísticas dos indivíduos surdos e realizar um levantamento bibliográfico das práticas de alfabetização de crianças surdas. A fundamentação teórica traz discussões sobre o processo de alfabetização das crianças surdas e a importância da língua de sinais para o aprendizado da segunda língua, além de uma contextualização da criação da BNCC e da sua organização como documento norteador. A pesquisa teve como base alguns autores, entre eles: Fernandes (2006), Soares (2004), Quadros (2004; 2011 e 2018) e Peixoto (2006). Trata-se de um estudo exploratório descritivo, de cunho bibliográfico e documental. Os resultados encontrados a partir da análise demonstram que a BNCC não contempla a alfabetização das crianças surdas, ou seja, não traz distinções das diferenças inerentes ao aprendizado da escrita pela criança surda. Pelo contrário, o documento preconiza o uso da oralidade como prática cotidiana e também como base para a alfabetização. Diante disso, a presente pesquisa problematiza as orientações previstas e aponta possibilidades a partir do embasamento apresentado sobre a alfabetização de crianças surdas. De modo geral, a análise traz a língua de sinais como o ponto de partida para as práticas que exploram a oralidade. No entanto, percebe-se que mesmo assim, faz-se necessário a criação de documentos norteadores específicos para o processo de alfabetização de crianças surdas.

Palavras-Chave: BNCC. Alfabetização. Surdos. Libras. Português.

¹ Este artigo foi apresentado no dia 26/03/21, como Trabalho de Conclusão de Curso, e foi julgado adequado para a obtenção do título de "Licenciada em Pedagogia Bilíngue" pelo IFSC/PHB e aprovado pela seguinte comissão avaliadora: Bruna Crescêncio Neves (orientadora) e professores Aline Miguel da Silva dos Santos e Fabrício Mahler Ramos como membros da banca. A defesa ocorreu de forma remota por conta da Pandemia Coronavírus. A ata da defesa, com ciência e aceite por e-mail de todos os membros da banca e da acadêmica, foi arquivada no Registro Acadêmico do Câmpus Palhoça Bilíngue.

Introdução

Educação, palavra de oito letras, que vem do do Latim *educare*, significa uma forma derivada de *educere* que contém a ideia de conduzir, um termo comum no vocabulário cotidiano das pessoas, segundo Martins (2005). Um vocábulo inofensivo, pode-se dizer, contudo pode transformar um ser humano e com ele uma sociedade. O processo de educação ou de educar-se é um constante aprendizado, com desafios, mudanças, experiências e uma transformação quase incessante. Uma procura contínua pela aquisição do conhecimento, um movimento para a vida, que é de direito de todos os seres humanos, sem distinção.

O termo sem distinção serve como inspiração desta pesquisa, é pensando nesta frase que já incluímos os indivíduos surdos, que como tantas outras pessoas, lutam por seus direitos, dentre eles, o acesso a uma educação de qualidade e justa. Os surdos brasileiros, em sua maioria, utilizam a Língua Brasileira de Sinais como sua primeira língua e a Língua Portuguesa como sua segunda língua, e isso influencia diretamente em como será construído o conhecimento.

A escolha deste tema surgiu através de questionamentos como esses, pensando na inclusão e também no direito de todos. Durante o curso de Pedagogia Bilíngue², surgiram muitas perguntas e inquietações envolvendo a educação de surdos, logo no período do primeiro estágio obrigatório que aconteceu na educação infantil pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), tendo a oportunidade de acompanhar uma criança surda de perto em uma instituição de educação infantil, o interesse pelo tema só aflorou.

Ao ter contato com uma criança surda na inclusão escolar, em que os profissionais que atuavam diretamente com ela não possuíam conhecimento na área bilíngue e nem conhecimento aprofundado na Libras, essas dúvidas se tornaram ainda maiores, pedindo uma busca enorme por soluções. Logo

[...] em tempos de “inclusão” seria descabível negar a importância de os surdos serem respeitados em sua diferença linguística no processo educacional, negando-lhes o direito de acesso a sua língua natural e à língua oficial do país. No entanto, há despeito desse consenso no nível discursivo, a educação bilíngue para os surdos é, de longe, um projeto ainda utópico na grande maioria das escolas. Isso se deve ao fato de que a educação bilíngue não só impõe a necessidade de um novo olhar sobre os surdos, mas, sobretudo, porque envolve a transformação da situação monolíngüe da escola, fundada na língua portuguesa. (FERNANDES, 2006, p. 3)

Quais alternativas eram possíveis encontrar para melhorar o oferecimento do sistema educacional que aquela criança surda estava inserida? Essa foi uma das principais perguntas após este período e um dos motivos que levaram a chegar nesta pesquisa.

² O curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Federal de Santa Catarina - Câmpus Palhoça Bilíngue tem como objetivo formar profissionais bilíngues (Libras/Português) para atuarem na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, conforme informações disponibilizadas no projeto pedagógico do referido curso (http://palhoca.ifsc.edu.br/images/artigos/anexos/pdf/pedagogia/PPC_PedagogiaBilinguePresencial_2016.pdf)

A inclusão é uma conquista significativa para a educação em geral, porém demanda políticas públicas que ainda não foram muito bem estabelecidas, e segundo Quadros *et al* (2018) “torna-se fundamental documentar essa língua e promover ações políticas que garantam a aquisição da língua de sinais de forma precoce e inserida na sua comunidade linguística.”

Pensando nisso, a aquisição da Língua de Sinais é fundamental na inclusão escolar, deve estar presente nos primeiros anos escolares juntamente com a Língua Portuguesa, constatações baseadas em pesquisas e documentos norteadores da educação (BRASIL, 2005; QUADROS, 1997). Os surdos precisam estar inseridos na comunidade escolar com todo o suporte educacional que merecem e necessitam na sua alfabetização, por isso primeiro é preciso entender que a Língua de Sinais é imprescindível neste processo de aprendizagem.

Em muitos casos, em relação à surdez, prevalece o discurso clínico sobre a mesma, não observando o indivíduo surdo como falante de uma língua, um ser humano como qualquer outro. Na visão clínica, o surdo é visto pela ótica daquilo que ele não tem em relação aos ouvintes, a audição, e nesse caso a surdez é entendida como uma doença que precisa ser curada, uma deficiência, como se fosse uma desvantagem em relação ao mundo ouvinte.

Entender que a surdez é uma deficiência, uma patologia e que esta precisa ser tratada e corrigida com terapias de fala é uma visão clínico-terapêutica da surdez. Nesse sentido, a educação destinada aos sujeitos surdos configura-se em uma abordagem oralista (RAMPELOTTO, 1993), na qual é feito um treinamento para que o surdo possa falar e, assim, igualar-se aos ouvintes. Ainda com essa visão, encontra-se a abordagem da comunicação total, na qual recorre a todos os recursos linguísticos, tanto orais quanto visuais para educar os surdos (RAMPELOTTO, 1993). Por outro lado, se a surdez é vista como uma diferença, na qual os sujeitos surdos fazem parte de uma comunidade linguística e culturalmente diferente, entendemos a surdez por uma visão sócio-antropológica. Com isso, a educação configura-se em uma abordagem bilíngue (SKLIAR, 1999) (DORNELES, 2011, p. 5665)

Esse discurso da visão clínica, também remete ao oralismo, já que houve um tempo na história da educação de surdos que visava a perspectiva oralista com eles, aproximando-os do ambiente ouvinte. Segundo percepções de Fernandes (2006, p.4) percebeu-se que apesar do “oralismo ser veementemente negado e banido dos discursos e dos projetos político-pedagógicos, suas concepções e práticas continuam a ser reproduzidas, tornando-o tão vivo quanto no passado”.

Já na visão antropológica, a surdez não é vista como uma anomalia, uma doença, é vista apenas como uma forma de se expressar diferente, onde os sujeitos possuem uma língua natural. A comunidade surda é como qualquer outra, com suas particularidades, no qual seus participantes também possuem deveres e direitos como qualquer cidadão, sendo assim, devem ser vistos como seres capazes de tomarem suas próprias decisões, sem nenhuma diferença em relação aos ouvintes, e tendo também o direito de serem respeitados, aliás o surdo é um ser humano e precisa ser aceito como tal.

Ao contrário da concepção clínica que visa a medicalização, o tratamento, a normalização do surdo; a concepção sócio-antropológica reconhece a surdez como uma experiência visual, ou seja, como uma maneira singular de construir a realidade histórica, política e social, como uma forma distinta de conceber (de "VER") o mundo, e não há uma necessidade valorativa de reconhecer esta ou aquela forma como a "correta" . (QUADROS, 2003, p. 88)

Durante a pesquisa, foram feitas buscas de informações e documentos que servissem como alicerce da educação de surdos no Brasil. Um dos documentos mais pesquisados foi a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é a referência hoje em dia para a elaboração de propostas pedagógicas na escola.

A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BRASIL, 2017)

Considerando a importância desse documento no cenário educacional, inclusive para a educação de surdos, esta pesquisa pretende responder a seguinte pergunta: A BNCC aborda/contempla as especificidades envolvidas na alfabetização das crianças surdas?

A partir do estudo da BNCC tem-se como objetivo principal da pesquisa: analisar as orientações da BNCC acerca do processo de alfabetização e suas implicações na educação das crianças surdas. Além disso, tem como objetivos específicos: apresentar especificidades linguísticas dos indivíduos surdos, em relação à primeira e segunda língua e realizar um levantamento bibliográfico das práticas de alfabetização de crianças surdas.

Trata-se de um tema extremamente pertinente para o cenário educacional atual, analisar e discutir sobre os documentos norteadores é quase que um papel obrigatório. Entender/pesquisar educação é uma tarefa quase que constante, vem se modificando a cada momento e é interpretada de várias formas e visões, sendo assim, vem sendo mais pesquisado o assunto, fazendo ligações entre a BNCC e a educação de surdos.

No decorrer da pesquisa será discutido temas relacionados ao questionamento principal, "A BNCC contempla as especificidades envolvidas na alfabetização de crianças surdas?". Fazendo uma inter-relação entre os temas principais destacados.

Este artigo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva exploratória, trazendo reflexões do processo de alfabetização das crianças surdas e aquilo que é explorado na Base Nacional Comum Curricular. Também trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e documental.

Para alcançar o propósito deste estudo, apresenta-se a seguir a fundamentação teórica acerca da alfabetização de crianças surdas e sobre a Base Nacional Comum Curricular. Em seguida, o percurso metodológico, análise de dados e considerações finais.

2. Alfabetização e letramento de crianças surdas: o papel da primeira e da segunda língua

Segundo Soares (2004) o processo de alfabetização e letramento caminham juntos, fazem parte do grande processo de aprendizagem e formação humana. Sendo processos independentes, mas interdependentes e indissociáveis.

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, lingüísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento (SOARES, 2004, p. 14).

O letramento vem sendo muito discutido nas últimas décadas, sempre vinculado ao processo de alfabetização, e nem sempre mencionado somente na educação dos grupos em minoria e sim no contexto geral de educação. Ganhou seu espaço, envolvendo assim “ práticas discursivas, ou seja, o letramento está vinculado ao sentido, que vai além da mera decodificação ou do processo de alfabetização” (GESUELI e MOURA, 2006, p. 119).

No entanto, no caso dos surdos, esse processo só será possível a partir da língua de sinais. Tudo começa em casa, no ambiente familiar, onde as primeiras relações são estreitadas, lugar onde se deve receber o primeiro contato com a língua, aprendizados, conhecimento de mundo, e como o sujeito se relaciona como tal. Mas, o direito da pessoa surda começa perder força dentro mesmo do seu ambiente familiar, logo na sua infância, quando nasce uma criança surda no berço de pais que são ouvintes se tem uma falta e um prejuízo na comunicação, pois, na maioria dos casos, não recebem os primeiros estímulos e sem o *input* linguístico que deveria receber, essa criança não desenvolve uma aquisição de linguagem na idade esperada, convive apenas com sinalizações caseiras. Dados recentes apontam que o contexto familiar é um dos espaços onde menos ocorre a aquisição da língua de sinais e, além disso, 80% dos surdos adquirem a língua após os quatro anos de idade (QUADROS *et al*, 2018). Quadros e Cruz (2011) afirmam que a criança surda adquire a língua a partir do contato no ambiente e, no caso dos surdos filhos de pais surdos, esse processo ocorre de forma natural desde a mais tenra idade.

Segundo Cohn (2005), a criança atuante é aquela que tem um papel ativo na constituição das relações sociais em que se engaja. “É preciso entender que, onde quer que esteja, ela interage ativamente com os adultos e as outras crianças, com o mundo, sendo parte importante na consolidação dos papéis que assume e de suas relações” (COHN, 2005, p. 28). Primeiro de tudo, para se conhecer a antropologia da criança é necessário entender dois conceitos básicos, educar e aprender. E entender que a construção de conhecimentos não acontece apenas de maneira formal, ela pode

acontecer de maneira informal, sendo que “essa distinção pode ser interessante e analiticamente produtiva” (COHN, 2005, p. 37). As relações criadas com as crianças são potenciadas na prática, dependendo apenas dos laços que a criança vai criando com as pessoas ao longo da vida, portanto cada criança criará seu próprio ciclo mais próximo, podendo conter integrantes da família ou não, eles são os responsáveis pelo início do aprendizado com determinada língua.

De certa forma, todas as questões relacionadas à aquisição da primeira língua impactam no aprendizado da segunda língua, o português. Isso porque, a alfabetização e letramento de uma criança surda tem como principal aspecto, o uso da língua de sinais como língua de instrução, conforme Quadros e Neves (2017, p. 234) “o letramento de alunos surdos tem suas bases na língua de sinais. A significação e a identificação de usos da língua para referir esses significados acontecem ao longo do desenvolvimento da criança.”

A criança exposta em um ambiente propício a sua língua materna, o aprendizado se torna natural, satisfatório, absorvendo com facilidade tudo o que vê ou ouve, recebendo os estímulos corretos, havendo uma troca de experiências com os falantes da mesma língua, é o início de uma boa aquisição para o desenvolvimento de qualquer língua, seja ela oral ou sinalizada. Assim, Quadros (2017, p.53) reforça que a aquisição da língua de sinais “ocorre com base em evidência positiva, ou seja, a partir da mera exposição à instância da língua que a cerca sem a necessidade de que exista qualquer tipo de evidência negativa”.

A chave para uma educação de surdos de qualidade, é fornecer como principal instrumento de mediação, a língua de sinais, como é comprovado por meio de estudos que assim se torna mais eficaz. Quadros e Neves (2017) ratificam a importância de reconhecer o papel da primeira língua no processo de alfabetização e letramento dos surdos. Além disso, as autoras destacam o quão importante é que a mediação entre professor e aluno ocorra nessa língua, para que se possa explorar “o aprendizado da escrita da Língua Portuguesa e refletir sobre seu uso nas diferentes esferas sociais (QUADROS e NEVES, 2017, p.243).

Entender o processo de aprendizagem da criança surda se torna imprescindível para proporcioná-la uma educação de qualidade e justa, que é de seu direito, levando em consideração a importância da presença da língua de sinais para seu desenvolvimento completo como ser humano e até mesmo no seu aprendizado com a Língua Portuguesa. A grande importância de ver o sujeito surdo como usuário da língua de sinais é respeitá-lo no seu próprio ser, como seu direito, reconhecê-lo com “a condição bilíngüe do surdo implica aceitar que ele transita por essas duas línguas e, mais do que isso, que ele se constitui e se forma a partir delas ” (PEIXOTO, 2006, p. 206).

Pensar em educação para alunos surdos é pensar de modo visual, despertando o interesse para que faça sentido ao mesmo. Isso é algo a ser construído, pois é possível sim trabalhar textos com alunos surdos, trazer uma diversificação de formas textuais,

buscando a maneira que mais atinge esse aluno, o importante é trazer histórias verídicas, trazer o sentido, dentro e fora de sala de aula. Quadros e Schmiedt (2006) fazem uma série de apontamentos de etapas para alcançar o aprendizado da leitura. Segundo as autoras, o aluno surdo passa por diversos níveis:

- 1) Concreto – sinal: ler o sinal que refere coisas concretas, diretamente relacionadas com a criança.
- 2) Desenho – sinal: ler o sinal associado com o desenho que pode representar o objeto em si ou a forma da ação representada por meio do sinal. Ideias para ensinar português para alunos surdos.
- 3) Desenho – palavra escrita: ler a palavra representada por meio do desenho relacionada com o objeto em si ou a forma da ação representado por meio do desenho na palavra.
- 4) Alfabeto manual – sinal: estabelecer a relação entre o sinal e a palavra no português soletrado por meio do alfabeto manual.
- 5) Alfabeto manual – palavra escrita: associar a palavra escrita com o alfabeto manual.
- 6) Palavra escrita no texto: ler a palavra no texto (QUADROS e SCHMIEDT, 2006, p. 42).

Como pode ser observado, o processo de aprendizagem da leitura e da escrita pelos sujeitos surdos toma como base a língua de sinais, para que assim a criança possa fazer a relação com a escrita. As etapas citadas por Quadros e Schmiedt (2006) trazem sempre a palavra como o objeto principal de acesso à escrita, reforçando a ideia de uma rota lexical, onde o surdo visualiza a palavra como um todo, o que vai ao encontro do que é defendido por Fernandes (2006).

Essa autora afirma que os indivíduos não estabelecem a associação letra-som, fazendo o que chamamos de rota fonológica³ e sim um processamento mental das palavras, reconhecendo-as em sua forma ortográfica, denominada de rota lexical⁴. Nesse sentido, as crianças surdas 'fotografam' as palavras e, aquelas que correspondem a alguma significação, são armazenadas em seu dicionário mental e quando elas não são reconhecidas, significa que não houve leitura, apenas decodificação.

Para alcançar resultados positivos nesse processo de alfabetização é preciso observar se a criança surda passou pelo período de aquisição, além de buscar saber suas dificuldades nesse processo e, quando se deparar com a criança que não foi exposta à língua no momento correto, é preciso buscar formas adequadas de tornar o aprendizado significativo por meio da língua de sinais. Fernandes (2006) problematiza essa questão e diz que muitas vezes, pelo fato de não haver uma comunicação sistematizada, que permita à criança compreender o processo de alfabetização, os alunos seguem fazendo cópias de textos. Nesses casos, segundo a autora, quando o professor percebe isso, é muito tarde para se recuperar os conteúdos defasados em

³ A rota fonológica é responsável pela decodificação grafema/fonema, onde com base em seus conhecimentos fonológicos, a criança consegue compreender uma palavra, mesmo sem conhecê-la.

⁴ Rota lexical ou ortográfica – é o percurso cognitivo utilizado para a leitura pelos surdos. A identificação da palavra ocorre sem a pronúncia da palavra (rota fonológica) mas por meio de seu reconhecimento visual. As palavras são lidas com base em sua forma ortográfica, ou seja, a palavra impressa é imediatamente relacionada a um conceito, sem que seja necessário recorrer à sua estrutura sonora. (FERNANDES, 2006, p. 9)

sua escolarização. Diante disso, Fernandes (2006) aponta a necessidade de atenção e reflexão acerca dos procedimentos adotados na alfabetização, uma vez que aqueles utilizados no ensino de ouvintes não se aplicam às crianças surdas. A autora apresenta um quadro com as implicações, para os surdos, de um ensino baseado na relação entre oralidade e escrita: entender que essa criança não foi exposta a língua no momento correto, havendo um prejuízo, será um desenvolvimento mais lento, mas é possível, se buscarem as formas corretas de apresentar os conhecimentos, atingindo-as de maneira significativa e por meio da sua língua mãe.

Quadro 01: Procedimentos adotados na alfabetização e implicações para a aprendizagem de alunos surdos.

Procedimentos adotados na alfabetização	Implicações para a aprendizagem de alunos surdos
<ul style="list-style-type: none"> Parte-se do conhecimento prévio da criança sobre a língua portuguesa, explorando-se a oralidade: narrativas, piadas, parlendas, trava-línguas, rimas, etc.. 	<ul style="list-style-type: none"> Não há conhecimento prévio internalizado; a criança não estrutura narrativas orais e desconhece o universo "folclórico" da oralidade.
<ul style="list-style-type: none"> O alfabeto é introduzido relacionando-se letras a palavras do universo da criança: nomes, objetos da sala de aula, brinquedos, frutas, etc. Ex. A da abelha, B da bola, O do ovo... 	<ul style="list-style-type: none"> Impossibilidade de estabelecer relações letra x som; a criança desconhece o léxico (vocabulário) da língua portuguesa, já que no ambiente familiar sua comunicação restringe-se a gestos naturais ou caseiros (na ausência da língua de sinais).
<ul style="list-style-type: none"> As sílabas iniciais ou finais das palavras são destacadas para a constituição da consciência fonológica e percepção que a palavra tem uma reorganização interna (letras e sílabas). 	<ul style="list-style-type: none"> A percepção de sílabas não ocorre já que a palavra é percebida por suas propriedades visuais (ortográficas) e não auditivas.
<ul style="list-style-type: none"> A leitura se processa de forma linear e sintética (da parte para o todo); ao pronunciar seqüências silábicas a criança busca a relação entre as imagens acústicas internalizadas e as unidades de significado 	<ul style="list-style-type: none"> A leitura se processa de forma simultânea e analítica (do todo para o todo); a palavra é vista como uma unidade compacta; na ausência de imagens acústicas que lhes confirmam significado, as palavras são

Fonte: Fernandes (2006, p. 7)

Segundo Fernandes (2006) é impossível acreditar no processo de educação com as estratégias utilizadas, ainda mais se deparando com métodos tradicionais. A pesquisadora acredita que quanto mais usar esse método, menores serão as chances do aluno avançar no processo de alfabetização. Ainda segundo a autora:

Em seu processo de letramento ele passará de uma língua não-alfabética (a língua de sinais) para uma língua alfabética (o português). A condição diferenciada dos surdos que aprendem a ler e escrever o português sem passar pelo conhecimento fonológico da língua é denominada como a de 'leitores não alfabetizados'. Isso significa que são leitores competentes em uma primeira língua não-alfabética e dominam a forma escrita de outra língua alfabética, sem conhecer os sons de suas grafias (FERNANDES, 2006, p. 8)

As discussões sobre educação e alfabetização nos documentos se tornam vagas em muitos momentos, não traz de fato as especificidades, como a surdez; não restringe, mas também não traz como e qual forma de planejar e como avaliar a criança surda. Por

isso, é preciso primeiro entender como funciona este processo para o indivíduo surdo. Conforme Peixoto (2006, p. 207) a língua de sinais, como primeira língua do surdo e língua escolar, devolve ao surdo a esperança, ao mesmo tempo em que nos convoca a pensar sobre os processos e práticas construídos – agora – à luz dessa nova condição.

3. A Base Nacional Comum Curricular

Nos últimos anos, muito tem se discutido acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente nos cursos de formação profissionais e no cotidiano escolar, haja vista a importância deste documento para o processo de ensino e aprendizagem em todas as etapas da Educação Básica. Gontijo (2015, p.174) diz que “a construção de bases gerais para elaborar currículos da escola básica tem sido uma preocupação dos órgãos diretores das educação em diferentes momentos da história da educação nacional”. A autora ainda menciona que esses movimentos tornaram-se mais recorrentes no final da década de 1990, com o propósito de promover a democratização e a modernização do ensino. Dentre os fatos que antecederam a criação da BNCC, pode-se citar a Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010), no ano de 2010, onde os especialistas presentes pontuaram a necessidade da BNCC. No mesmo ano, surgiram as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, a partir da resolução nº4, de 13 de julho de 2010. Dentre os objetivos das diretrizes, observa-se a preocupação em assegurar uma formação básica comum curricular, além de estimular uma reflexão crítica para subsidiar a “formulação, a execução e a avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica” (BRASIL, 2010). Em seguida, outros documentos importantes foram publicados, dentre eles, as primeiras versões da Base Nacional Comum Curricular. No dia 20 de dezembro de 2017, a BNCC foi homologada por meio da portaria nº 1.570, com a orientação de implantação do referido documento ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica (BRASIL, 2017).

Conforme definição apresentada na Base Comum Curricular (BRASIL, 2017), o documento possui “caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” e, organiza-se contendo as três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Figura 1. Organização da BNCC



Fonte: Ministério da Educação

Fonte: BRASIL, 2017, p. 24

Cada etapa da Educação Básica apresenta uma organização diferente, de acordo com as peculiaridades de cada fase de aprendizagem. A alfabetização ocorre no Ensino Fundamental, especificamente nos anos iniciais, o qual está organizado em cinco áreas do conhecimento, sendo elas: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso. Apesar de ser um documento referencial em todo o país, sua criação gerou críticas, inclusive no que se refere ao processo de alfabetização. De acordo com Pertuzatti e Dickmann (2019), a alfabetização não tem um espaço de destaque na BNCC, além de não deixar claro como vai garantir os direitos de aprendizagem. Ainda segundo as autoras:

a questão de alfabetizar nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, não problematiza a diversidade e a percepção de que algumas crianças aprendem mais devagar e outras mais rápido, sendo que esse regramento devia ser um indicativo e não uma lei geral, aplicável em qualquer realidade do país. Quanto às divergências entre os documentos, a análise ressalta: i) não há consenso sobre o conceito de alfabetização; ii) não há diálogo entre a intenção, a finalidade e a importância da alfabetização; iii) o letramento não aparece em todos os documentos e, quando aparece, não há identidade conceitual e de intencionalidade; iv) leitura e escrita aparecem com expectativas diferentes; v) a terceira versão da BNCC considera segundo ano como tempo ideal e suficiente para a alfabetização dos estudantes. (PERTUZATTI e DICKMANN, 2019, p. 790).

São muitas as questões que problematizam as orientações previstas sobre a alfabetização e letramento na Base Nacional Comum Curricular, dentre elas, as que motivaram este estudo. Sendo assim, nas próximas seções, apresenta-se a metodologia escolhida para a análise de dados, com foco na alfabetização das crianças surdas.

4. Metodologia

O desenvolvimento de uma pesquisa tem o objetivo de trazer as respostas dos caminhos possíveis de um determinado problema. Em relação à educação de surdos, este presente estudo lança um olhar para esses indivíduos que lutam por seus direitos e pelo seu lugar na nossa sociedade. Nesse sentido, “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.35)

Trata-se de um estudo exploratório descritivo, pois objetiva reunir apontamentos em questão da alfabetização na BNCC e as suas possíveis implicações na educação de surdos. É considerado uma pesquisa bibliográfica, a partir da busca de materiais que “pode ser realizada em livros, Periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes”

Escolher um assunto por si só não é suficiente para iniciar uma pesquisa bibliográfica. É necessário que esse assunto seja colocado em termos de um problema a ser solucionado. Essa problematização, por sua vez, não constitui tarefa simples. Requer experiência, leitura, reflexão e debate. É algo que decorre da vivência intelectual do pesquisador (GIL, 2008, p.91)

A presente pesquisa também é considerada documental por ter como objeto principal de análise, a Base Nacional Comum Curricular.

[...] o uso da análise documental, que se refere à pesquisa documental, que utiliza, em sua essência: documentos que não sofreram tratamento analítico, ou seja, que não foram analisados ou sistematizados. O desafio a esta técnica de pesquisa é a capacidade que o pesquisador tem de selecionar, tratar e interpretar a informação, visando compreender a interação com sua fonte. Quando isso acontece há um incremento de detalhes à pesquisa e os dados coletados tornam-se mais significativos. KRIPKA *et al*, 2015, p. 57)

Nessa pesquisa não foram analisados aspectos numéricos e quantitativos, foram usados conceitos e a análise da BNCC para compreender como a alfabetização de crianças pode ser contemplada na perspectiva do referido documento, possibilitando traçar caminhos possíveis para melhor atender essas crianças. Na próxima seção, apresenta-se a análise de dados, inicialmente com um levantamento bibliográfico de estudos relacionados à alfabetização e letramento de surdos e, em seguida, uma análise dos pontos principais no que se refere à alfabetização e letramento na BNCC e suas implicações no aprendizado do Português escrito por crianças surdas.

5. Análise de Dados

Segundo o Periódico Capes, existem 43 pesquisas quando realiza-se a busca com os descritores “práticas de alfabetização de surdos”, e mesmo assim nem todos estão focados nas especificidades dos surdos; Pensando de modo geral, são poucas pesquisas, o que subentende-se por um assunto novo, que está em construção ainda, por isso a importância de pesquisar sobre, buscando respostas e soluções. Tal fato pode

estar relacionado ao recente reconhecimento do *status* da língua de sinais como língua natural, o que conseqüentemente impacta nos estudos relacionados à segunda língua, à alfabetização de surdos.

Levando em consideração a busca no Periódico Capes, com estudos de Moret e Mendonça (2016) a história da educação de surdos passou por dois momentos históricos, uma fase em que priorizavam a oralidade e a segunda o bimodalismo, que utiliza a língua de sinais e oral ao mesmo tempo, fugindo da proposta bilíngue ideal.

Hoje em dia, a maior luta da comunidade surda é a educação bilíngue, uma etapa nova e meta a ser seguida. Segundo Moret e Mendonça, (2016, p. 15) “essa proposta tem como objetivo uma educação de qualidade, onde os conteúdos são ensinados na primeira língua do surdo (L1) – Língua de Sinais – Libras e a Língua Portuguesa como segunda língua (L2).”

No Brasil, o aumento dos estudos na área ocorreu na década de 90, com as pesquisas de Quadros e outros estudiosos, e ganhou maior visibilidade a partir de 2002, com a Lei de Libras e o Decreto nº 5626. Tais documentos e pesquisas subsidiaram as políticas educacionais na educação de surdos nos últimos anos, mas não conseguiram garantir um olhar para as especificidades da alfabetização das crianças surdas, como podemos observar na Base Nacional Comum Curricular.

Falar sobre educação de surdos é um desafio, em razão, principalmente, da sua especificidade linguística. Por ser uma língua da modalidade visual/espacial, diferente da utilizada pela maioria ouvinte, há ainda uma necessidade constante de buscar a sua valorização e a legitimação do seu *status* linguístico no cotidiano. De certo modo, tal fato, influencia diretamente nas práticas pedagógicas e na forma como acontece a educação de surdos.

Considerando o objetivo geral deste artigo, de analisar as orientações da BNCC acerca do processo de alfabetização e suas implicações na educação das crianças surdas, buscou-se por meio de uma análise do referido documento compreender de que forma organiza-se a proposta de alfabetização e letramento e de qual modo os surdos são contemplados ou não, buscando os caminhos possíveis.

Uma educação de qualidade também é relacionada às políticas públicas de um país, no Brasil não é diferente, por isso se torna importante entender como funciona a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois ela é quem norteia a educação atual, entendendo de que forma ela traz consigo a educação bilíngue dos sujeitos surdos. A BNCC não traz termos como educação bilíngue para surdos, nem reflexões sobre a surdez, além de não mencionar práticas de alfabetização de surdos. Sobretudo, menciona de forma geral que as escolas são quem precisam elaborar propostas que alcancem os estudantes e suas especificidades, ou seja, fica subentendido.

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim

como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais. (BRASIL, 2017, p.15)

Um aspecto interessante destacado é sobre identidades linguísticas, pois o Brasil é um país que possui uma língua nacional, o Português, mas também possui línguas minoritárias que são faladas dentro do mesmo, sendo uma delas a Língua Brasileira de Sinais, em que os falantes dessa língua já possuem seus direitos linguísticos que impactam diretamente na prática pedagógica.

Ao longo da BNCC são realizadas menções sobre a Libras, mais precisamente, sete vezes. Logo no início do documento, nas competências gerais da educação básica, fala da importância de articular-se “na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB” (BRASIL, 2017, p. 11). No item 4, das competências gerais da educação básica, destaca-se que é preciso:

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. (BRASIL, 2017, p. 9)

A BNCC também menciona a Língua de Sinais da seguinte forma, apresentando primeiro a Lei que oficializou a Língua Brasileira de Sinais no Brasil, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que tornou reconhecida em todo o país, por isso a importância de “realizar discussões relacionadas à necessidade do respeito às particularidades linguísticas da comunidade surda e do uso dessa língua nos ambientes escolares.” (BRASIL, 2017). No ambiente escolar, essa língua possui um peso enorme para seus usuários, uma língua que faz parte da construção e desenvolvimento pessoal de cada um.

Assim, é relevante no espaço escolar conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico. (BRASIL, 2017, p. 70)

A Base Nacional Comum Curricular, logo no início, apresenta uma abordagem geral sobre alfabetização, levando a entender que a meta seria garantir nos primeiros anos do Ensino Fundamental, o conhecimento da escrita alfabética, ou seja, nada muito diferenciado para a educação de surdos.

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. (BRASIL, 2017, p. 59).

A BNCC não faz distinção entre surdos e ouvintes, mas as discussões já existentes sobre a alfabetização de crianças surdas preconizam a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e o Português, em sua modalidade escrita, como segunda língua. No fragmento acima, retirado da BNCC, é destacado também as habilidades de

leitura e escrita juntamente com práticas diversificadas de letramento, mas sem remeter ao letramento no caso dos surdos. Além disso, menciona que “no eixo Leitura/Escuta, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente” (BRASIL, 2017). Em relação às práticas de letramento, é importante destacar que é possível torná-las parte do universo bilíngue, porém direcionado e pensado juntamente com o aspecto visual e da Língua de Sinais. De acordo com Shelp (2009, p. 3042):

O letramento compreende tanto a apropriação das técnicas para a alfabetização quanto esse aspecto de convívio e hábito de utilização da leitura e escrita e isto proporciona às crianças uma leitura de mundo antes mesmo da chegada à escola. Já a criança surda não chega à escola com as mesmas habilidades que um ouvinte em sua língua nativa, pois na maioria das vezes a família não sabe língua de sinais e não há trocas com esta em sua língua natural, e isto torna muito mais difícil a interação da criança na escola (SHELP, 2009, p. 3042)

Soares (2002) compreende como letramento, as práticas sociais juntamente com a leitura e a escrita. É importante assim ter acesso aos conhecimentos dentro da escola e aos conhecimentos do mundo. No caso dos indivíduos surdos:

O que deve ser oferecido à criança surda são práticas de letramento o mais cedo possível, seja na família ou na escola. Para isso deve haver atividades que proporcionam a inserção da criança nas práticas discursivas, assim ela produzirá e lerá seus textos através da leitura de imagens. No caso dos surdos pode-se falar em letramento visual, ou seja, ler imagens de um livro, usar-se de imagens como apoio à leitura, ler sinais, símbolos, figuras com o objetivo de promover a compreensão dos textos, assim a criança passará a ter o hábito de ler diversas imagens, criando e recriando histórias. (SHELP, 2009, p. 3042)

As práticas de letramento das crianças surdas dependem também do meio que elas estão inseridas, já que as influências dos adultos com quem ela convive influencia diretamente no seu aprendizado e conhecimento de mundo. Certamente uma criança surda que nasce em um berço surdo recebe suas influências diretamente desde o seu nascimento, então chega na escola com um conhecimento vasto. Já uma criança que nasce em um ambiente ouvinte demora mais para se desenvolver, pois ela só receberá de forma intencional e eficaz quando conviver com os falantes da sua língua.

A Base Nacional Comum Curricular, no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, trabalha com as seguintes práticas de linguagem: oralidade; leitura/escuta; análise linguística/semiótica e produção textual. No que se refere ao processo de alfabetização e letramento das crianças surdas, torna-se inviável o que é proposto no eixo oralidade, por tomar como pressuposto as experiências na língua oral. Ao longo da apresentação dos objetivos da alfabetização na etapa inicial do Ensino Fundamental enfatiza-se a relação intrínseca entre a fala e a escrita, como pode ser observado no quadro abaixo. Diante do que foi identificado, aponta-se de que forma tais pressupostos impactam na educação dos surdos e quais os possíveis caminhos.

Quadro 02.Principais pressupostos para alfabetização previstos na BNCC e suas implicações na alfabetização de crianças surdas.

BNCC	Implicações na alfabetização de crianças surdas	O processo de alfabetização das crianças surdas
<p>No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, aprofundam-se as experiências com a <i>língua oral e escrita já iniciadas na família e na Educação Infantil.</i> (BRASIL, 2017, p.89)</p>	<p>Os surdos não possuem experiência oral, em decorrência da surdez e da Libras ser a sua primeira língua. Pelo fato de muitos não terem acesso à língua de sinais na primeira infância, chega-se nos anos iniciais também sem conhecimento da mesma e sem terem uma experiência compartilhada no ambiente familiar e com o meio, nem mesmo na educação infantil.</p>	<p>As experiências trazidas em sua primeira língua, Libras, para o desenvolvimento das práticas pedagógicas nos anos iniciais. A prática mais eficaz seria desenvolvê-la de forma bilíngue, recebendo o seu conhecimento na primeira língua, a Língua de sinais e compartilhando experiências com o português escrito.</p>
<p>Assim, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, no eixo <i>Oralidade</i>, aprofundam-se o <i>conhecimento e o uso da língua oral</i>, as características de interações discursivas e as <i>estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais</i> [...] (RASIL, 2017, p.89)</p>	<p>Mais uma vez, assevera-se o conhecimento prévio na língua oral, por meio do seu uso, com base para o aprendizado.</p>	<p>O uso da língua de sinais como instrumento da aprendizagem para a criança surda, tomando como base os conhecimentos nessa língua como alicerce para o aprendizado do Português escrito, ou seja, para os surdos o conhecimento oral deve ser substituído pelo conhecimento da língua de sinais.</p>
<p>[...] consiga <i>“codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras)</i>, o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) [...] (p.89)</p>	<p>Em razão da surdez, o processo de codificação e decodificação dos sons da língua não ocorre.</p>	<p>Mesmo que não ocorra pela decodificação do som, é possível por meio dos sinais. – a aquisição do sistema convencional de escrita, o aprender a ler como decodificação e a escrever como codificação – precedendo o letramento – o desenvolvimento de habilidades textuais de leitura e de escrita. (PEIXOTO, 2004, p. 14 e 15)</p>
<p>Para isso, é preciso conhecer as relações fono-ortográficas, isto é, as relações entre <i>sons (fonemas) do português oral do Brasil em suas variedades e as letras (grafemas) do português brasileiro escrito</i> (p.90).</p>	<p>O aluno surdo não traz esse conhecimento prévio.</p>	<p>No caso dos surdos, é preciso que o surdo conheça a sua primeira língua, pois ela é que será fundamental para o processo de alfabetização das crianças surdas.</p>
<p>[...] perceber as relações bastante complexas que se estabelecem entre <i>os sons da fala (fonemas) e as letras da escrita (grafemas)</i>, o que envolve <i>consciência fonológica da linguagem:</i></p>	<p>Os surdos não estabelecem essa relação entre os sons da fala e a letra.</p>	<p>Para os surdos a leitura se ambienta a partir da “Rota lexical ou ortográfica – é o percurso cognitivo utilizado para a leitura pelos surdos.” (FERNANDES, 2006, p. 9).</p>

<p>perceber seus sons, como se separam e se juntam em novas palavras etc (p.91).</p>		<p>As relações entre significante e significado são estabelecidas por meio da língua de sinais. Os estudos de Peixoto (2006) exemplificam as primeiras construções das crianças surdas.</p>
--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora

Ao longo da BNCC, há muitas habilidades que exploram a língua oral, tomando-a como base no processo de alfabetização e letramento, como por exemplo:

(EF15LP19) Recontar oralmente, com e sem apoio de imagem, textos literários lidos pelo professor.

(EF01LP19) Recitar parlendas, quadras, quadrinhas, trava-línguas, com entonação adequada e observando as rimas.

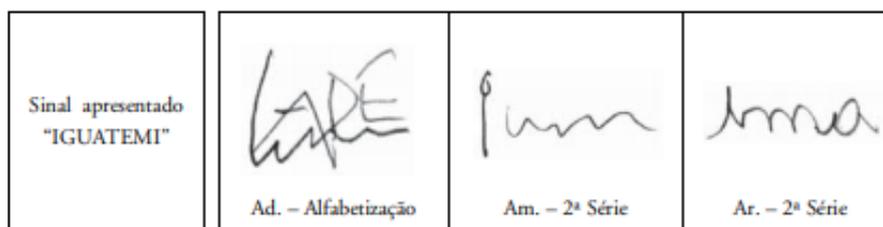
(EF02LP15) Cantar cantigas e canções, obedecendo ao ritmo e à melodia.

Entretanto, assim como o que foi exposto no quadro acima, no que se refere às implicações dessas habilidades na alfabetização de surdos, pode-se considerar a experiência “oral” em língua de sinais, isto é, ter como ponto de partida para todas as habilidades que envolvem a oralidade, a língua de sinais.

Os estudos de Peixoto (2006) exploram o processo de alfabetização das crianças surdas e evidenciam o papel da língua de sinais nesse processo. No exemplo abaixo, é muito interessante observar as produções escritas e perceber a relação intrínseca com a primeira língua. Segundo a autora:

Diante do sinal “Iguatemi” – cujo significado é desconhecido, já que é um sinal utilizado apenas em Fortaleza –, algumas crianças não apenas converteram a CM [I]13 na letra “i” (o que é possível pois a letra “i” tem como representação no alfabeto digital essa CM), como também Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 205-229, maio/ago. 2006 225 Disponível em Renata Castelo Peixoto tentaram transformar a segunda CM [5] em letra, mesmo não sendo ela equivalente a nenhuma das 26 letras do alfabeto digital. Comparando a produção de três crianças abaixo, tem-se a impressão de que a conversão foi motivada pelo conjunto CM + movimento de tamborilar os dedos, que parecem se assemelhar a um “m” em cursiva (PEIXOTO, 2006, p.224).

Figura 2. Escrita para o sinal de Iguatemi



Escritas para o sinal “Iguatemi”

Fonte: Peixoto (2006, p. 225)

O exemplo acima é uma das evidências que a língua de sinais é a base para a construção do conhecimento da criança surda, inclusive para o processo de apropriação

da escrita. Nesse sentido, a BNCC poderia declarar melhor as especificidades da criança surda, trazer as metodologias que envolvem o espaço visual, garantindo melhor modo de fazer educação com esses indivíduos, atingindo-os de maneira justa e por direito, já que todos merecem uma educação de qualidade. No caso dos alunos surdos, trabalhar com a língua de sinais como principal instrumento para alfabetização, envolvendo um letramento direcionado ao meio visual e diferentes estratégias para atingi-los com sucesso. Segundo as ideias de Peixoto (2006) “há lógica e regularidade na escrita inicial da criança surda, mas essa não é uma lógica sonora e isso, certamente, se choca com as práticas alfabetizadoras ainda tão arraigadas à ideia de que para escrever é preciso falar.” Desse modo, pode-se dizer que o maior desafio está em romper com essas práticas e pensar na perspectiva de um ensino de português como segunda língua.

Um estudo realizado por Ramos e Martins (2018) também contestam as práticas de alfabetização previstas na BNCC, por não contemplarem as especificidades dos surdos e serem pautadas na oralidade.

Deste modo, percebemos que a BNCC foi elaborada de forma a priorizar a oralidade e escrita como dimensões inseparáveis e indispensáveis no momento de alfabetizar e letrar os alunos do Ensino Fundamental. Mas todos os alunos? E os alunos surdos? Parecem que foram invisibilizados, pois o mundo dos sons nada acrescenta aos alunos surdos, pelo contrário, somente os inferiorizam, os regridem, os oprimem e não os fazem avançar e se desenvolverem em todos os sentidos, uma vez que, valorizar demais um aspecto sensorial que falta aos surdos, é desconsiderar outros modos de se fazer sujeito. (RAMOS e MARTINS, 2018, p. 22)

As palavras das autoras vão ao encontro do que foi observado na análise e nos mostra a necessidade de pensar em estratégias que priorizem o desenvolvimento completo do sujeito surdo, onde a língua de sinais ocupe um papel central na escolarização.

6. Considerações finais

Para o desenvolvimento desta pesquisa, partiu-se da necessidade de explorar as discussões acerca do processo de alfabetização e letramento das crianças surdas. Para isso, o objetivo geral do estudo buscou analisar as orientações da Base Nacional Comum Curricular acerca da alfabetização e suas implicações na educação das crianças surdas.

A alfabetização e letramento de crianças surdas possuem suas especificidades e uma necessidade de trabalhar de forma visual, com o objetivo de atingi-los de maneira significativa. Portanto, a partir da análise realizada, percebe-se que a BNCC ainda possui falhas em relação ao aprendizado da criança surda, pois traz as práticas de alfabetização e letramento fortemente atreladas à oralidade, na relação com o som, o que não é o ideal para o público surdo. Como vimos no embasamento teórico, na alfabetização de surdos considera-se a rota lexical, onde o surdo visualiza a palavra como um todo e não realizada a decodificação dos fonemas/grafemas (sons que representam as letras).

Torna-se claro que não se tem hoje uma idealização fechada sobre alfabetização, sobre os sujeitos surdos, sobre letramento, pois é uma história com bastante conflitos de ideias. Se considerarmos desde o início, observamos que já avançou e melhorou muito, porém, percebe-se que tem muito a acrescentar ainda. O futuro se torna o bem mais precioso, a esperança como arma para se combater os problemas educacionais e o final a idealização de uma educação de qualidade.

Os caminhos possíveis para uma educação de surdos seria priorizar a língua de sinais como principal forma de mediação na aprendizagem, reforçando o uso de metodologias visuais, respeitando a cultura, língua, identidade surda dos estudantes, estimulando e fortalecendo o processo de aprendizagem, utilizando letramentos que auxiliem e proporcionem aos alunos o real aprendizado.

Mesmo que a BNCC não mencione de forma explícita esses caminhos e metodologias, é preciso ter ciência das diferenças na aprendizagem de uma criança surda e uma criança ouvinte. É fundamental pensar em uma prática condizente com o método de aprendizagem necessário para atender a todos e garantir assim uma educação de qualidade. Além disso, fica clara a necessidade da implementação de um documento norteador para a alfabetização de crianças surdas, o qual tenha como base a língua de sinais como primeira língua. A partir dessas reflexões, espera-se que outros estudos busquem analisar com mais profundidade a realidade das práticas de alfabetização de crianças surdas nas escolas, uma vez que, até o presente momento, a BNCC é o principal documento orientador das práticas e elaboração de currículos escolares.

A ideia deste artigo foi provocar, fazer o leitor refletir acerca do modelo atual de educação de surdos, promovendo uma inquietação para se fazer pensar em mudanças, entender a importância de estudar o tema e colocar em prática a valorização das especificidades linguísticas e culturais do sujeito surdo.

7. Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base.** Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 15. set. 2020.

_____. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf Acesso em: 14.dez.2020.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2005.

_____. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua de sinais - (Libras), e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2002.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CONAE. Documento final da Conferência Nacional de Educação no ano de 2010. Disponível: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf Acesso em 13. dez. 2020.

DORNELLES, Marcieli Vieira. **Família ouvinte: diferentes olhares sobre surdez e educação de surdos.** In: Congresso Nacional de Educação. Anais. Curitiba, 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5611_3080.pdf Acesso em: 26 fev. 2021.

FERNANDES, Sueli. **Práticas de letramento no contexto da educação bilíngue para surdos.** 2006. 28 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T (org) **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em. 10.fev.2021.

GESUELI, Z. M; MOURA, L. D. **Letramento e surdez: a visualização das palavras.** ETD - Educação Temática Digital, 7(2), 2006. p. 110-122. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-101636> Acesso em: 10. fev. 2021.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONTIJO, C. M. M. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): comentários críticos.** Revista Brasileira de Alfabetização, 1(2), 2015. p. 174-190. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/68/51> Acesso em: 19.dez.2020.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute *et al* (org.). Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones Unad**, [s. /], v. 14, n. 2, p. 55-73, dez. 2015.

MARTINS, Evandro Silva (org.). A ETIMOLOGIA DE ALGUNS VOCÁBULOS REFERENTES À EDUCAÇÃO. **Olhares e Trilhas**, Uberlândia, v. 6, n. 6, p. 31-36, 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/olhases trilhas/article/view/3475/2558> Acesso em: 20.jan. 2021.

MORET, M.C.F.F; MENDONÇA, J.G.R. (org.). **A proposta bilíngue na educação de surdos: práticas pedagógicas no processo de alfabetização.** Revista Produção e Desenvolvimento, Porto Velho-Ro, v. 2, n. 3, p. 14-20, 23 dez. 2016. Mensal. Disponível em: <http://revistas.cefet-rj.br/index.php/producaoedesenvolvimento>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PEIXOTO, R.C. **Algumas considerações sobre a interface entre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda.** In Cadernos CEDES. Educação, surdez e inclusão social. Campinas, vol. 26, n. 69, p. 113-280, maio/ago.2006.

PERTUZATTI, I; DICKMANN, I. **Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Ensaio, Rio de Janeiro, v. 27, n. 105, p. 777-795, 5 fev. 2019.

QUADROS, R. M. de. *et al.* 2018. **Língua Brasileira de Sinais: patrimônio linguístico brasileiro**. Florianópolis: Editora Garapuvu.

_____; NEVES, B.C. Letramento e alfabetização de crianças surdas. In: RODRIGUES, A. F.; FORTUNATO, M. P. (orgs). **Alfabetização e letramento: prática reflexiva do processo educativo**. Edição reformulada. São Paulo: Humanitas, 2017.233-248

_____. O paradigma gerativista e aquisição da linguagem. In: QUADROS, R.M; FINGER, I. **Teoria de aquisição da linguagem**. 3. ed.- Florianópolis: Ed. UFSC, 2017. p. 25-48.

_____; CRUZ, C. R. **Língua de sinais: instrumento de avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2011. 159 p.

_____; SCHMIEDT, M. L. P. 2009. **Ideias para ensinar português para alunos surdos – Brasília** : MEC, SEESP, 2006. Valentini, C.B. Língua Brasileira de Sinais e Educação de Surdos. Caxias do Sul: Educs.

_____. **Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão**. Ponto de Vista, Florianópolis, v. 05, n. 05, 2003. p. 81-111.

_____. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RAMOS, A. S; MARTINS, V. R. de. O. **Análise documental acerca da alfabetização e do letramento de alunos surdos nos anos iniciais**. Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva, Manaus, v. 1, n. 1, jan./jun. 2018. p. 10-26. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educacaoinclusiva/article/view/4112/3886>
Acesso em: 14. mar. 2021.

SHELP, P. P. **Letramento e alunos surdos: práticas pedagógicas em escola inclusiva**. In: IX Congresso Nacional de Educação e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Anais. Curitiba, 2009. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2923_1369.pdf Acesso em: 15. mar. 2021.

SOARES, M. Letramento e Escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2004.